

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Os méritos do Senhor **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

Brasília, 5 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Suriname.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 346 /2020/SG/PR

Brasília, 22 de JUNHO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Atenciosamente,



JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO**

CPF.: 342.842.571-53

ID.: 10261 MRE

1968 Filho de Mauro Mendes de Azeredo e Maria do Rosario Lopes, nasce em 4 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1989 Ciências Sociais pela Universidade de Brasília/DF

1991 CPCD - IRBr

2001 CAD - IRBr

2009 CAE – IRBr

Cargos:

1992 Terceiro-Secretário

1997 Segundo-Secretário

2003 Primeiro-Secretário, por merecimento

2007 Conselheiro, por merecimento

2011 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1992 Departamento de Integração Latino-americana, assessor

1993 Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente

1997 Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

2000 Embaixada em Buenos Aires, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

2003 Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Subchefe, Chefe, substituto e Chefe

2008 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro

2011 Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Chefe de Gabinete

2012 Missão junto às Nações Unidas em Nova York, Ministro-Conselheiro

2014 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor

2016 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro

2019 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro

Condecorações:

2014 Medalha do Mérito Tamandaré

2016 Ordem do Mérito Naval

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SURINAME



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio

de

2020

APRESENTAÇÃO

Situado ao norte da América do Sul, o Suriname é banhado pelo Oceano Atlântico ao norte e faz fronteira com o Brasil ao sul, com a Guiana Francesa a leste e com a Guiana a oeste. Com território de 163.820 km², é o 93º maior país do mundo e o menor da América do Sul.

O ano de 2020 marca os 45 anos de independência do país. Primeiramente explorado pelos espanhóis no século XVI e depois pelos ingleses em meados do século XVII, o Suriname tornou-se colônia holandesa em 1667. Com a abolição da escravidão africana em 1863, trabalhadores foram trazidos da Índia e Java. A diversidade étnica que permeou toda a história do país é uma das características marcantes até hoje na sociedade surinamesa.

Em 25/11/1975, o Suriname conquistou sua independência em relação à Holanda, tendo iniciado suas relações bilaterais com o Brasil em 1976. Após cinco anos de sua independência, o país sofreu um golpe de Estado e passou a ser governado *de facto* por regime militar a partir de 1980. A redemocratização plena foi alcançada em 1992.

O Suriname está dividido em 10 distritos. A população surinamesa é de aproximadamente 590 mil habitantes, segundo estimativa do FMI para o ano de 2019. Cerca de metade da população surinamesa encontra-se na capital, Paramaribo.

O Suriname é um dos países que mais conta com maior cobertura florestal do mundo: 93% de seu território é coberto por vegetação nativa. O país é, ainda, rico em recursos minerais, notadamente ouro, alumina (derivada da bauxita) e petróleo, principais produtos de sua pauta exportadora.

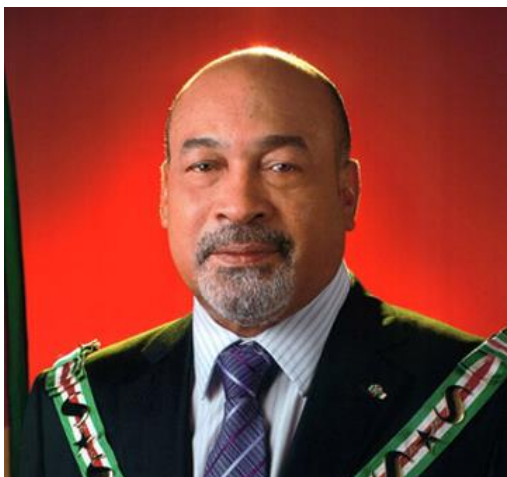
No âmbito regional, o Suriname é estado associado ao MERCOSUL, além de ser membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O atual presidente, Dési Bouterse, tomou posse em 12/8/2010 e encontra-se em seu segundo mandato.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DESIRÉ “DÉSI” DELANO BOUTERSE

Presidente da República



Desiré “Dési” Delano Bouterse nasceu em Domburg, Distrito de Wanica, em 13/10/1945. Em 1968, mudou-se para os Países Baixos. Formou-se pela “*Koninklijke Militaire School*” (Academia Real Militar), em Weert.

Bouterse retornou ao Suriname no mesmo mês da independência do país, em novembro de 1975. Com o golpe de Estado em 25/2/1980, foi presidente do Conselho Nacional Militar, órgão que governou *de facto* o país durante a ditadura castrense, entre 1980 e 1988. De 1988 a 1991, chefiou o Conselho de Estado, criado pela constituição de 1987. Em dezembro de 1990, participou da dissolução do governo eleito democraticamente três anos antes.

Em 1992, após a redemocratização do país, Bouterse permaneceu ativo politicamente, sendo um dos líderes do Partido Nacional Democrático (NDP), o maior partido do Suriname em número de afiliados, de base ideológica nacionalista.

Foi eleito presidente, pela Assembleia Nacional, em julho de 2010, e reeleito em julho de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e o Suriname passam por excelente momento, como se comprova na quantidade de encontros de alto nível realizados no passado recente. Em 2018, foram realizados três encontros em nível de presidente da República ou chanceler. O presidente Dési Bouterse realizou visita ao então presidente Michel Temer em maio de 2018, na companhia de extensa delegação. Na ocasião, foram assinados o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal e a Polícia Surinamesa, bem como cinco ajustes complementares de projetos de cooperação técnica. Em 14 de dezembro de 2018, o então ministro Aloysio Nunes visitou Paramaribo, retribuindo a visita da chanceler Yldiz Pollack-Beighle ao Brasil em fevereiro de 2018. Em janeiro de 2019, compareceram à Posse Presidencial o vice-presidente da República, Michael A.S. Adhin, e a ministra dos Negócios Estrangeiros, Yldiz Pollack-Beighle.

Brasil e Suriname tem conseguido manter relacionamento bilateral dinâmico não obstante as dificuldades de transporte: a fronteira entre Brasil e Suriname estende-se por 593 km, em região de baixa densidade demográfica e importantes barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por reservas indígenas. Trata-se do único país vizinho com quem o Brasil não tem ligação viária direta e da única fronteira brasileira onde inexistem cidades-gêmeas.

Infraestrutura

O Governo surinamês demonstra interesse em eventual construção de rodovia que interligue diretamente os dois países. No passado recente, o Ministério do Meio Ambiente e o então Ministério dos Transportes apontavam restrições ao projeto de ligação direta, especialmente por conta da baixa relação custo/benefício e da existência de áreas indígenas, de remanescentes quilombolas e de unidades de conservação ambiental em toda a extensão de fronteira. Não obstante, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, retomou, em 2019, as discussões sobre a extensão da BR-163, conectando a cidade de Óbidos, no estado do Pará, à fronteira do Suriname.

Comércio bilateral

As reduzidas dimensões da economia do Suriname, bem como a ausência de linha de navegação e de rota terrestre, limitam as possibilidades do comércio bilateral. Não obstante, há espaço substantivo para a ampliação do fluxo comercial.

A balança comercial entre o Brasil e o Suriname é extremamente favorável para o Brasil. Segundo dados do Ministério da Economia, em 2019 o intercâmbio comercial atingiu a cifra de US\$ 36,6 milhões, com saldo

amplamente favorável ao Brasil (US\$ 34,6 milhões). Nos três primeiros meses de 2020, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, observa-se contração da ordem de 7,8% nas exportações brasileiras, bem como a ausência de exportações surinamesas.

Em 2019, enquanto a pauta das exportações do Suriname ao Brasil representava, em sua quase totalidade, carregamentos de arroz (98,1%), as exportações brasileiras ao país vizinho apresentavam maior valor agregado, sendo que, aproximadamente um quarto delas são máquinas mecânicas, seguido de carnes (10,3%), preparações de carnes (7,8%), calçados (5,9%), máquinas elétricas (5,4%) e cerâmicos (5,1%). No ano passado, o Brasil foi o sétimo país fornecedor de produtos ao Suriname, ao passo que o Brasil ocupou o 25º lugar no *ranking* de principais destinos das exportações surinamesas. Os principais parceiros comerciais do Suriname são EUA, Países Baixos, China e Trinidad e Tobago.

Em 2019, as principais portas de saída das exportações brasileiras para o Suriname foram os Portos de Santos (SP), Itajaí (SC) e Rio Grande (RS).

Cooperação técnica

A intensa e multifacetada agenda de cooperação é ponto de destaque das relações bilaterais. O Programa de Cooperação Técnica entre Brasil e Suriname tem como marco legal o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, firmado e promulgado em 1976.

Atualmente, o Suriname é o maior recipiendário de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O programa de cooperação técnica Brasil - Suriname conta com a maior carteira, em número de projetos, entre os programas bilaterais coordenados pela ABC. Os projetos que, em seu conjunto, compõem a atual pauta da cooperação técnica abrangem áreas diversas como alimentação escolar, fortalecimento institucional, meio ambiente, recursos hídricos, geologia, agricultura, saúde, manejo florestal e cultivo sustentável, além de cooperação entre academias diplomáticas.

No que diz respeito à cooperação trilateral, encontram-se em execução dois projetos com organismos internacionais nas áreas de gestão dos recursos hídricos e de biodiversidade e florestas, ambos no âmbito da parceria estabelecida pelo Brasil e o Suriname com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Há, ainda, cooperação trilateral com o governo chileno para a execução de projeto na área de segurança alimentar e sanidade agropecuária.

Ressalte-se, por fim, recente doação, em valor equivalente a US\$ 100 mil, a título de assistência humanitária, do Governo brasileiro ao Suriname, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos, para aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos hospitalares e ambulâncias a fim de contribuir para a implementação de seu Plano Nacional de Contingência contra a COVID-19.

Cooperação em Defesa

A cooperação em defesa com o Suriname constitui um dos principais e mais tradicionais pilares do relacionamento bilateral. A cooperação bilateral nessa área tem por base o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, em vigor desde 12 de setembro de 2012. Os principais aspectos da cooperação militar são a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de doutrina militar e a modernização de equipamentos de defesa. O Brasil foi o único país convidado a contribuir para o estabelecimento do programa da recém-criada Academia Militar do Suriname, a qual conta, inclusive, com o ensino da língua portuguesa em seu currículo. A coordenação da preparação física dos militares surinameses também está a cargo de assessores militares brasileiros.

Em setembro de 2018, a Marinha doou 100 coletes salva-vidas, tal como solicitado pela armada surinamesa. O gesto, embora modesto, serve para fortalecer as capacidades das forças armadas daquele país e contribui para a consolidação da relação bilateral na área de defesa.

Como resultado concreto da visita de trabalho de representante do Gabinete de Segurança Institucional em 17 e 18 de julho de 2018, foi assinado, em dezembro daquele ano, Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação em Segurança Cibernética. O Comitê Conjunto Brasil-Suriname sobre a implementação do referido documento reuniu-se, pela primeira vez, em julho de 2019.

Cooperação em Segurança Pública

Entre os crimes transnacionais enfrentados pelo Suriname destacam-se o tráfico de drogas, de armas e de pessoas. Relatórios da *Drug Enforcement Agency*, dos EUA, de 2018, indicam que 15% da droga consumida no mundo passariam pelo país. Traficantes utilizariam o território surinamês como corredor de passagem de drogas, mediante utilização de pequenas aeronaves e embarcações, ou mediante o uso de containers com produtos de exportação para envio à Europa e aos Estados Unidos.

Conquanto menos rentável que o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos é o ilícito com maior impacto no Brasil. Os principais alvos das quadrilhas de traficantes são homens de baixo nível de escolaridade e em situação de pobreza arrebanhados para trabalhar no garimpo de ouro em condições, muitas das vezes, análogas à escravidão. Outro alvo das gangues do tráfico de pessoas são mulheres brasileiras cooptadas para tornar-se dançarinas ou profissionais do sexo.

Do ponto de vista da segurança interna, as regiões de garimpo são aquelas que exibem os índices de criminalidade mais elevados, enquanto a capital Paramaribo, que abriga cerca de 45% da população do país, apresenta nível de criminalidade bem abaixo da média sul-americana.

A principal dificuldade enfrentada pelo Suriname no campo da segurança pública é a falta de recursos para adquirir equipamentos, pagar salários adequados aos policiais e manter cursos permanentes de qualificação. A assinatura, em maio de 2018, de Memorando de Entendimento para Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal brasileira e o Corpo de Polícia do Suriname (KPS) poderá ajudar a mitigar tais deficiências, vez que poderá elevar a cooperação policial bilateral aos já bem sucedidos patamares da cooperação em matéria de defesa prestada pelo Brasil há décadas.

Nos últimos meses, o governo surinamês tem buscado estreitar o diálogo sobre temas de segurança pública com os países que lhe são limítrofes e estabelecer mecanismos de comunicação permanente. Seria de especial interesse, segundo o governo local, o envolvimento da França e do Brasil, uma vez que grande parte da área conflituosa em temas migratórios, ambientais e securitários encontra-se na faixa de fronteira com a Guiana Francesa, local que contaria com a presença de grande comunidade brasileira nos garimpos da região.

Cooperação entre Academias Diplomáticas

O Suriname é um dos exemplos mais exitosos da política de cooperação acadêmico-diplomática desenvolvida pelo IRBr. Desde os anos 80, 14 diplomatas surinameses frequentaram o curso de formação no instituto. Atualmente, a Chancelaria surinamesa conta com altos funcionários em posição de prestígio e influência que ali estudaram e, em diversas ocasiões, manifestaram seu apreço e agradecimento pela oportunidade oferecida pelo governo brasileiro. O ex-chanceler Winston Lackin (2010-2015) foi aluno do instituto. O atual Embaixador do Suriname no Brasil, Sr. Marlon Faisal Mohamed Hoesein, também é egresso do IRBr.

Assuntos Consulares

A jurisdição consular de todo território do Suriname é coberta pela embaixada do Brasil naquele país. Para além da embaixada, não há consulados brasileiros no país, nem consulados honorários.

Estima-se que haja, atualmente, entre 15 a 30 mil brasileiros no Suriname (7º maior grupo estrangeiro no país), em sua ampla maioria de maneira irregular, sobretudo nas regiões de garimpo. A situação de extrema vulnerabilidade em que se encontra tal comunidade é um dos principais temas sensíveis da agenda bilateral. O governo do Suriname tem procurado estabelecer programas de legalização, os quais muitas vezes requereriam a apresentação de grande quantidade de documentos, deslocamentos a repartições públicas e pagamento de taxa de processamento, exigências que seriam difíceis de serem atendidas para grande parte do contingente brasileiro irregular e vulnerável no país.

Por ocasião da visita do ex-ministro Aloysio Nunes a Paramaribo, o Brasil propôs ao Suriname sua adesão ao Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, em vigor desde 2006, que ensejaria

a regularização migratória dos brasileiros no Suriname de forma ágil e desburocratizada.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há operações oficiais com o Suriname cobertas pelo Seguro de Crédito às Exportações ou operações de financiamento por meio do Finex/Proex.

POLÍTICA INTERNA

O Suriname é uma república presidencialista e seu mandatário é eleito pelo voto de dois terços dos 51 membros da Assembleia Nacional do país, os quais são eleitos por voto popular direto. O mandato presidencial é de 5 anos, sendo permitida a reeleição.

Em 2020, o Suriname completou 45 anos de independência. A diversidade étnica é uma das características marcantes do país com influências diretas no sistema partidário, com a identificação de diversos partidos políticos com grupos específicos: partido javanês, indiano, *maroon* (quilombolas), afro-surinamês etc. É comum, desde 1987, a formação de coalizões mistas entre partidos ligados a diferentes etnias, como é o caso da atual coalizão liderada pelo presidente Bouterse.

O retorno de Desiré Bouterse à presidência da República do Suriname, em 2010, deu-se sob questionamentos de parte da comunidade internacional. O mandatário surinamês é acusado de haver liderado dois golpes de Estado (1980 e 1990), além de ter contra si ordem de captura internacional solicitada por tribunal da Holanda, onde foi condenado *in absentia* por alegado tráfico de drogas em 1999, e de ser réu em processo por assassinatos de quinze opositores políticos em dezembro de 1982 (*Decembermoorden*).

Em 2012, o Parlamento do Suriname, dominado pelo partido de Bouterse (NDP), aprovou emenda à Lei de Anistia de 1989, que tornou inimputáveis os autores de violações aos direitos humanos cometidas em solo surinamês entre 1º de abril de 1980 e 19 de agosto de 1992, período no qual o Suriname esteve sob controle militar. Essa decisão, que beneficiou Bouterse, provocou forte reação de democracias europeias e dos Estados Unidos.

A despeito das turbulências enfrentadas no primeiro mandato (2010-2015), o partido de Bouterse obteve uma nova vitória nas urnas em 2015, mantendo o controle do Poder Legislativo e reconduzindo-o à Chefia do Poder Executivo. No mesmo ano, o Suriname passou por uma das mais graves crises econômicas de sua curta história como país independente. A principal empresa do país, SURALCO (controlada pela ALCOA), suspendeu a produção de alumina em razão dos baixos níveis de reservas de bauxita no país e da queda da cotação do mineral no mercado internacional. Também em 2015, os preços do ouro e do petróleo - principais produtos de exportação do Suriname - experimentaram significativa queda no mercado internacional. O Governo enfrentou forte queda de arrecadação, aumento exponencial do déficit fiscal, desvalorização da moeda local, espiral inflacionária e queda do PIB.

Em 2016, pela primeira vez desde sua independência em 1975, o Suriname negociou acordo de *stand-by* com o FMI, condicionado à implantação de

programa de reformas que previa corte profundo nas despesas do Governo e introdução de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para aumentar a arrecadação, entre outras medidas. A população, empobrecida e desempregada, reagiu às medidas impostas pelo FMI, o que levou Bouterse a cancelar o acordo em 2017.

A partir de 2018, com a alta dos preços internacionais das commodities exportadas pelo país, o Governo conseguiu impulsionar agenda reformista na economia e criar condições adequadas para o fortalecimento dos setores da agricultura, pecuária e avicultura, como meio para gerar empregos e reduzir a importação de alimentos.

A despeito da melhora no cenário econômico no país, o longo processo de julgamento dos chamados "crimes de dezembro" de 1982 (*decembermoorden*) é fonte permanente de instabilidade para o governo do Presidente Bouterse. Em 8 de dezembro daquele ano, quando Bouterse era o principal líder das forças armadas do Suriname, 15 adversários políticos foram torturados e executados sumariamente. Em 9 de junho de 2016, o Tribunal Militar do Suriname decidiu retomar o processo que investiga, entre supostos envolvidos, o Presidente Bouterse. O governo do Suriname considerou a medida uma ameaça ao Estado de Direito e à segurança nacional, empreendeu ofensiva política para reverter a decisão judicial e trouxe o assunto à atenção do corpo diplomático em Paramaribo, da Comunidade Caribenha e da União de Nações Sul-Americanas.

Em 29/11/2019, o mandatário surinamês foi condenado, em primeira instância, por tribunal militar, a vinte anos de prisão por ter sido considerado o mentor do *decembermoorden*. O governo tem indicado que o veredito teria natureza política, com o intuito de prejudicar a imagem do presidente, sobretudo em momento em que as eleições se aproximam no país.

As eleições para a Assembleia Nacional do Suriname, que terá a incumbência de eleger o presidente que governará o país pelo próximo quinquênio (2020-2025), foram realizadas em 25/5.

O partido do presidente, o NDP, é o que conta com maiores estrutura e capilaridade no país. A oposição a seu governo é bastante fragmentada, distribuindo-se em partidos de menor envergadura, vinculados a grupos étnicos específicos.

O atual cenário de pandemia de COVID-19 não causou interferência no calendário eleitoral. O governo surinamês tem conseguido mitigar o avanço da doença do país. Desde o início de maio, não se registram casos ativos no Suriname. Até 10/5, havia registro de dez casos no país e somente uma morte.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Suriname se caracteriza pela primazia da agenda de desenvolvimento e pela prioridade dada às relações com países que com ela possam contribuir. O Brasil é percebido como parceiro estratégico, devido à sua contribuição para a agenda de desenvolvimento do Suriname, a despeito da baixa densidade econômica da relação bilateral. Desde que assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em fevereiro de 2017, a chanceler Yldiz Pollack-Beighle tem demonstrado que a cooperação sul-sul ocupa posição central em sua gestão. Inscreve-se nesse contexto a política de aproximação levada a cabo com países do entorno geográfico, com especial destaque para o Brasil, ao qual a chanceler se refere como "nosso irmão mais velho".

Outros países também são particularmente relevantes na agenda externa de Paramaribo:

Países Baixos

A antiga metrópole colonial é tradicional parceiro comercial e uma das principais fontes de ajuda financeira internacional, mas vem perdendo peso político e econômico nos últimos anos. A maior comunidade de surinameses expatriados (350 mil, equivalente a mais de 60% da população residente no país) vive na ex-metrópole.

A vitória do Presidente Bouterse em 2010 criou situação desconfortável para o governo holandês, em função da condenação do mandatário a pena de prisão por alegado tráfico internacional de drogas, por corte holandesa. Paralelamente, observou-se corte substancial nos programas de cooperação bilateral, sob o argumento de que o Suriname teria deixado de ser País de Menor Desenvolvimento Relativo. As recentes apreensões de contêineres com 19,5 milhões de euros procedentes do Suriname com destino final a Hong Kong, sem comprovação de origem, são outro irritante no relacionamento bilateral.

Em 2018, controversas declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Stef Blok, a respeito do Suriname somente foram superadas com pedido de desculpas da ex-metrópole. As relações bilaterais encontram-se, desde então, em seu ponto mais baixo.

Estados Unidos

Os Estados Unidos têm priorizado questões relacionadas à segurança, ao combate de delitos transnacionais e à defesa. Comercialmente, os EUA – principal parceiro comercial do Suriname – têm perdido espaço em favor das trocas comerciais com a China. Acusações, em 2013, contra o filho do mandatário surinamês por tráfico de drogas afastaram mais o Suriname de Washington.

China

O Suriname vivencia momento de boa relação política e diplomática com a China, marcado também pela intensificação do intercâmbio e cooperação entre os dois países nos campos da economia, educação, agricultura, comércio e cultura. Em novembro de 2019, Bouterse realizou visita de Estado ao país asiático. Nos últimos anos, a China tem adensado significativamente sua presença no Suriname. A comunidade chinesa é estimada em 40 mil pessoas. Há grande dependência surinamesa, sobretudo em matéria de financiamento e implementação de projetos de infraestrutura.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, realizou visita oficial em setembro de 2019, no contexto de périplo caribenho. A ministra Pollack-Beighle anunciou, na ocasião, o início das negociações de acordo no setor de aviação civil que poderia converter o Suriname em "hub" aéreo entre o Caribe, a América Latina e a China. O chanceler chinês agradeceu, ainda, a posição surinamesa de reconhecimento de "uma só China".

Índia

As relações bilaterais com a Índia ganharam novo impulso com a visita do Presidente Ram Nath Kovind ao país em junho de 2018. Foi a primeira visita de um Chefe de Estado da Índia ao país, embora os países mantenham tradicionais relações diplomáticas, em razão da histórica migração de indianos ao Suriname desde a segunda metade do século XIX. Aproximadamente 30% da população surinamesa têm origem indiana. Por ocasião da visita, foram assinados diversos acordos e memorandos de entendimento, que preveem investimentos indianos da ordem de US\$ 80 milhões.

Guiana

O relacionamento com a Guiana é historicamente marcado por duas disputas territoriais: a região do triângulo do New River e a jurisdição sobre o rio Courantyne, que serve de fronteira entre os países. A região contestada (na Guiana, chamada de New Triangle River; e no Suriname, Tigri) tem área aproximada de 15,500 km² e faz fronteira com o Brasil. Há sinais de distensão e pragmatismo na relação bilateral nos últimos anos. A decisão do Secretário-Geral das Nações Unidas de remeter a questão do diferendo territorial entre Venezuela e Guiana para a Corte Internacional de Justiça suscitou movimentação da diplomacia dos dois países em busca do apoio surinamês a seus respectivos pleitos. Até o momento, o governo Bouterse tem preferido não se pronunciar sobre a disputa territorial.

Venezuela

As relações com a Venezuela são marcadas pela participação do Suriname na Petrocaribe, iniciativa venezuelana criada em 2005 para venda de petróleo em condições financeiras favoráveis ou em troca de produtos locais, tais como o

arroz. O Suriname é um dos países a reconhecerem explicitamente Nicolás Maduro como presidente da Venezuela, após a assunção de Juan Guaidó à presidência encarregada daquele país. O Suriname também vem apoiando posições venezuelanas em fóruns regionais, tais como a OEA.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Suriname tem como base a mineração. O ouro, a alumina (derivada da bauxita) e o petróleo respondem, tradicionalmente, por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do PIB e por 25% das receitas governamentais.

A base industrial dedicada quase que exclusivamente a algumas *commodities* revela o caráter essencialmente importador do mercado local, inclusive de produtos básicos. A baixa continuada dos preços internacionais das principais commodities exportadas - ouro e petróleo -, associada ao fechamento da Suralco, subsidiária da Alcoa, em novembro de 2015, e o consequente encerramento da exportação de bauxita, deixaram o país em situação econômica difícil, com reflexos negativos também em suas importações. A consequência macroeconômica foi a queda vertiginosa da renda nacional, de mais de 5% apenas em 2016, seguida de estagnação em 2017. A moeda local desvalorizou-se em mais de 125% de novembro de 2015 a dezembro de 2016, provocando altas taxas inflacionárias no período.

Registre-se que, em 2017 o Suriname suspendeu o acordo iniciado em 2016 com o FMI, por motivo de "diferenças fundamentais" (nas palavras do governo) no que diz respeito a medidas para lidar com a crise. Dentre as medidas de austeridade fiscal exigidas pelo Fundo, destacam-se a retirada total dos subsídios ao preço de energia elétrica, o aumento da taxa de combustíveis e o aumento na taxa de juros. Para suprir a falta de ajuda financeira do FMI, o governo local tem recorrido a outros países (como a China) e instituições financeiras internacionais (como o Banco Islâmico de Desenvolvimento). Analistas observam que, apesar da suspensão do acordo com o FMI, o Governo Bouterse adotou algumas medidas de ajuste, ainda que de forma mais lenta.

Em 2017, o governo logrou, por meio de empréstimos externos e domésticos, além de relativa reorganização das contas públicas, estabilizar o câmbio e, dessa forma, frear a espiral inflacionária. A inflação caiu de 80%, em 2016, para cerca de 22%, em 2017, chegando a 6% em 2018. Depois de três anos consecutivos de crise, em 2018 os indicadores econômicos sinalizaram parcial recuperação.

Descobertas recentes de importantes reservas de ouro e a possibilidade de exploração de grandes quantidades de petróleo (1,45 a 1,78 bilhões de barris) "offshore" e de gás natural geraram otimismo com respeito à retomada da economia.

O cenário macroeconômico atual continua, no entanto, desafiador. O endividamento do Estado remontava a US\$ 2,75 bilhões em setembro de 2019, o que representa 80,2% do PIB, dos quais 51,7% consistem em dívida externa e 28,6%, dívida interna. As reservas internacionais do Suriname encerraram 2019

em US\$ 660,6 milhões, com viés de baixa em decorrência do aumento do déficit público.

Em outubro de 2019, o governo apresentou seu orçamento para 2020. Para o presente ano, o governo projetava arrecadação de US\$ 1,6 bilhão e gasto de US\$ 1,8 bilhão, o que representaria déficit de US\$ 171 milhões ou 4,3% do PIB (já o FMI estima que o déficit seria de mais de 8%). O governo também trabalha na estruturação do “*Savings and Stabilization Fund*”, fundo estatal de investimento, cujo objetivo é proteger as finanças públicas contra flutuações acentuadas no preço de *commodities*, além de custear despesas imprevistas em situações de emergência e calamidade pública.

As projeções do governo do Suriname para 2020 deverão sofrer grande impacto em decorrência da pandemia de COVID-19. Após três anos consecutivos de crescimento do PIB, o FMI estima contração da ordem de 4,9% para 2020. Em função do alto endividamento público e do déficit fiscal recorrente, analistas não descartam a hipótese de o país ter de recorrer novamente a empréstimos do FMI, tal qual ocorreu em 2016.

DADOS BÁSICOS SOBRE O SURINAME	
NOME OFICIAL	República do Suriname
GENTÍLICO	Surinamês, surinamense
CAPITAL	Paramaribo
ÁREA	163.820 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2019)	590 mil
IDIOMA OFICIAL	Holandês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantismo, hinduísmo, catolicismo, islamismo
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (unicameral)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Désire “Dési” Delano Bouterse
CHANCELER	Yldiz Pollack-Beighle
PIB NOMINAL (FMI, 2019)	US\$ 3,43 bilhões
PIB PPP (FMI, 2019)	US\$ 9,29 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2019)	US\$ 5.799
VARIAÇÃO PIB (FMI)	-4,9% (est. 2020), 2,3% (2019); 2,6% (2018); 1,8% (2017); -5,6 % (2016)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2019)	US\$ 13.559,76
IDH (PNUD, 2019)	0,720(100º)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2019)	71,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2018)	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2019)	7%
UNIDADE MONETÁRIA	<i>Dólar surinamês</i> (USD 1,00 = SRD 7,46, em 07/05/2020)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Marlon Faisal Mohamed-Hoesein
BRASILEIROS NO PAÍS	Estima-se que haja cerca de 15 a 30 mil brasileiros no Suriname.

CÂMBIO BILATERAL BRASIL-SURINAME (US\$ milhões, FOB) - FONTE: MDIC

me	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	20
mbio	16,3	35,9	55,8	47,5	73,6	63	39,5	40,1	36
ações	16,3	35,9	36,6	40,1	73,2	60,6	38,4	34,8	35
ações	0	0	19,2	7,4	0,4	2,4	1,1	5,4	1
	16,3	35,9	17,4	32,7	72,8	58,2	37,3	29,4	34

Informação elaborada em 8/5/2020, por Marcelo Adrião Borges. Revisada por Carolina Costellini, em 11/5/2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
3.000 a.C.	Tribos nômades Arawak e Carib habitavam a região
Séc. XVI e XVII	Expedições das coroas espanhola, inglesa, francesa e holandesa exploram a região
31/70/1667	Assinatura do Tratado de Breda entre Reino Unido, Países Baixos, França e Dinamarca. A posse do território atual do Suriname é concedida à coroa holandesa.
21/05/1683	Fundação da companhia “Sociedade do Suriname”, que negociava a venda dos produtos produzidos no Suriname, bem como o comércio de escravos com a colônia da República Holandesa do Suriname. As <i>plantations</i> de café e cana-de-açúcar da colônia baseavam-se no uso intensivo de mão de obra escrava.
1795-1813	Ocupação da Holanda pela França. Coroa inglesa ocupa a colônia da República Holandesa do Suriname.
20/11/1815	Assinatura do Tratado de Paris põe fim à ocupação inglesa e reincorpora o Suriname à coroa holandesa.
1/07/1863	É decretada a abolição da escravatura no Suriname e nas Antilhas.
23/11/1941	Com o aval do governo holandês no exílio, tropas norte-americanas ocupam o Suriname para proteger as minas de bauxita para os países aliados durante a 2ª Guerra Mundial
15/12/1954	Rainha Juliana da Holanda assina a “Carta do Reino dos Países Baixos”. Suriname e as Antilhas Holandesas tornam-se países constituintes do Reino dos Países Baixos. De acordo com as disposições do documento, as duas ex-colônias recebem autonomia interna, mas a defesa e política externa ficam a cargo da Holanda.
25/11/1975	Assinado acordo entre a Holanda e o Suriname, que garante a independência ao país. Conforme estabelecido no acordo, a Holanda contribuiria com US\$ 1,96 bilhão em ajuda humanitária a ser doado pelos 15 anos seguintes. Johan Ferrier é indicado primeiro presidente do país e Henck Arron, primeiro-ministro.

31/10/1977	Realização das primeiras eleições no Suriname pós-independência.
25/02/1980	Golpe dos Sargentos leva à instauração de regime militar no país. Criação de um Conselho Nacional Militar (CNM), órgão que governou <i>de facto</i> o país durante a ditadura castrense. Desiré Bouterse é eleito presidente do CNM.
7-8/12/1982	Adversários políticos do regime militar são presos, torturados e executados sumariamente, nos eventos chamados de crimes de dezembro (“ <i>Decembermoorden</i> ”).
1986-1991	Guerra civil: liderado pelo ex-segurança de Bouterse, Ronnie Brunswijk, ocorre deflagração de insurgência <i>maroon</i> (descendentes dos escravos africanos que se instalaram no interior do país) no leste do país. O grupo busca a redemocratização do país e melhores condições econômicas e sociais à comunidade <i>marron</i> .
30/09/1987	Nova constituição do Suriname é aprovada. Criado o “Comando Militar”, responsável pela manutenção das condições para a implementação de uma transição democrática. Também é criado um Conselho de Estado, chefiado por Bouterse, com poderes para anular decisões do governo eleito.
25/11/1987	Realização de novas eleições.
25/01/1988	Posse do novo governo civil.
21/07/1989	Assinado Pacto de não agressão entre o governo surinamês e a insurgência <i>maroon</i> .
24/12/1990	Novo golpe militar. Governo civil é dissolvido por Bouterse por meio de contatos telefônicos. A Assembleia Nacional é dissolvida dois dias depois.
27/03/1991	Negociações põem fim à insurgência <i>maroon</i> . Estima-se que o conflito tenha deixado mais de 400 mortos, além de milhares de deslocados internos e de refugiados na Guiana Francesa.
25/05/1991	Após pressões internacionais, são realizadas novas eleições no país.
25/01/1992	Posse do novo governo civil. O Suriname retorna à democracia.
16/07/1999	Bouterse é condenado <i>in absentia</i> por tribunal holandês a 11 anos por alegado tráfico internacional de drogas.

13/06/2007	Suprema Corte de Justiça rejeita apelação de Bouterse. É instaurado processo criminal no âmbito militar para apurar as responsabilidades dos envolvidos nos crimes de dezembro de 1982.
19/07/2010	Bouterse é eleito presidente do Suriname pela Assembleia Nacional.
4/04/2012	Assembleia Nacional aprova mudança na Lei de Anistia para abarcar crimes ocorridos durante todo o período da ditadura militar (1980-1992).
14/07/2015	Bouterse é reeleito presidente do Suriname pela Assembleia Nacional.
9/06/2016	Suprema Corte de Justiça rejeita a aplicação da Lei de Anistia aprovada em 2012 para processos criminais já em andamento anteriores a sua aprovação. Tribunal Militar do Suriname decide retomar o processo que investiga os crimes relacionados ao “ <i>Decembermoorden</i> ” de 1982.
29/11/2019	Tribunal Militar do Suriname condena, em primeira instância, o presidente Bouterse a 20 anos de prisão pelos crimes de 1982.
25/05/2020	Eleições parlamentares no Suriname.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1906	Assinado, no Rio de Janeiro, tratado relativo aos limites entre o Brasil e a então Guiana Holandesa, estabelecidos na Serra do Tumucumaque
1976	Assinados o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Acordo Cultural e o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica
1996	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
1997	Visita do Presidente Jules Wijdenbosch a Brasília e São Paulo
2000	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
2003	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
2004	Visita do então Ministro das Relações Exteriores a Paramaribo. Assinados Acordo sobre Regularização Migratória e Tratado de Extradicação.
2005	Visita do então Presidente da República a Paramaribo, no contexto da Cúpula da CARICOM. Assinados Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Mecanismo Político de Consulta; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola; Protocolo de Intenções na Área de Saúde; Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Ajuste Complementar sobre Regularização Migratória
2007	Presidente Venetiaan participa da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, no Rio de Janeiro (janeiro)
2007	I Reunião do Mecanismo Político de Consultas, em Paramaribo (julho)
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília. Assinado Tratado Constitutivo da UNASUL (maio)
2008	Reuniões técnicas sobre o equacionamento da dívida do Suriname com o Brasil em Paramaribo (setembro) e Brasília (novembro)
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa das cúpulas de regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) e mantém diálogo bilateral com o Presidente Lula, na Costa do Sauípe, Bahia (dezembro)
2009	Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República participa da cerimônia de posse do Presidente Desiré Bouterse
2010	Secretário-Geral das Relações Exteriores participa da Celebração dos 35 anos de independência em Paramaribo (novembro)

2010	Participação do Presidente Desiré Bouterse na Cúpula do Mercosul e encontro bilateral com o então Presidente da República, em Foz do Iguaçu (dezembro)
2011	Participação do Presidente Desiré Bouterse na cerimônia de posse da ex-Presidente Dilma Rousseff, em Brasília (janeiro)
2011	Missão da Agência Nacional do Petróleo e da Eletrobras a Paramaribo (março)
2011	Visita do Presidente do Banco Central, Gilmore Hoefdraad, a Brasília (agosto)
2011	Participação do Vice-Presidente, Robert Ameeralli na Feira Internacional da Amazônia, em Manaus (outubro)
2011	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin, a Brasília (novembro)
2012	Visita do Ministro da Defesa, Lamouré Latour, a Brasília, para encontro com o então Ministro Celso Amorim (janeiro)
2012	Visita do então Chanceler Antonio Patriota a Paramaribo: XV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da CARICOM e encontros bilaterais com o Chanceler Lackin e com o Presidente Bouterse (maio)
2012	Visita do Vice-Presidente, Robert Ameeralli, a Expofeira, em Macapá (agosto)
2012	Visita do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, a Paramaribo (setembro)
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin (fevereiro)
2013	Visita do Alto-Representante Geral e de Delegação do MERCOSUL, com vistas a discutir os passos e diretrizes para a adesão do Suriname na qualidade de Estado Associado (abril)
2013	Assinado o Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname, durante a Cúpula de Montevidéu (julho)
2013	Participação do Presidente Bouterse na Missa do Papa Francisco, por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro (julho)
2013	Visita da Presidenta da República a Paramaribo, Suriname, por ocasião da VII Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL (agosto)
2014	Presidente Bouterse participou da Cúpula BRICS – Países da América do Sul e compareceu à abertura da Copa do Mundo em São Paulo
2016	Visita do ministro das Relações Exteriores a Paramaribo, ocasião em que é recebido pelo Presidente Dési Bouterse e mantém reunião de trabalho com a Chanceler Niermala Badrising

2018	Visita ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores do Suriname, Yldiz Pollack-Beighle (fevereiro)
2018	Visita oficial ao Brasil do presidente do Suriname, Desiré Delano Bouterse (maio)
2018	Visita do então Chanceler ao Suriname (dezembro)
2019	Participação do vice-presidente Michael A.S. Adhin à posse do presidente Jair Bolsonaro

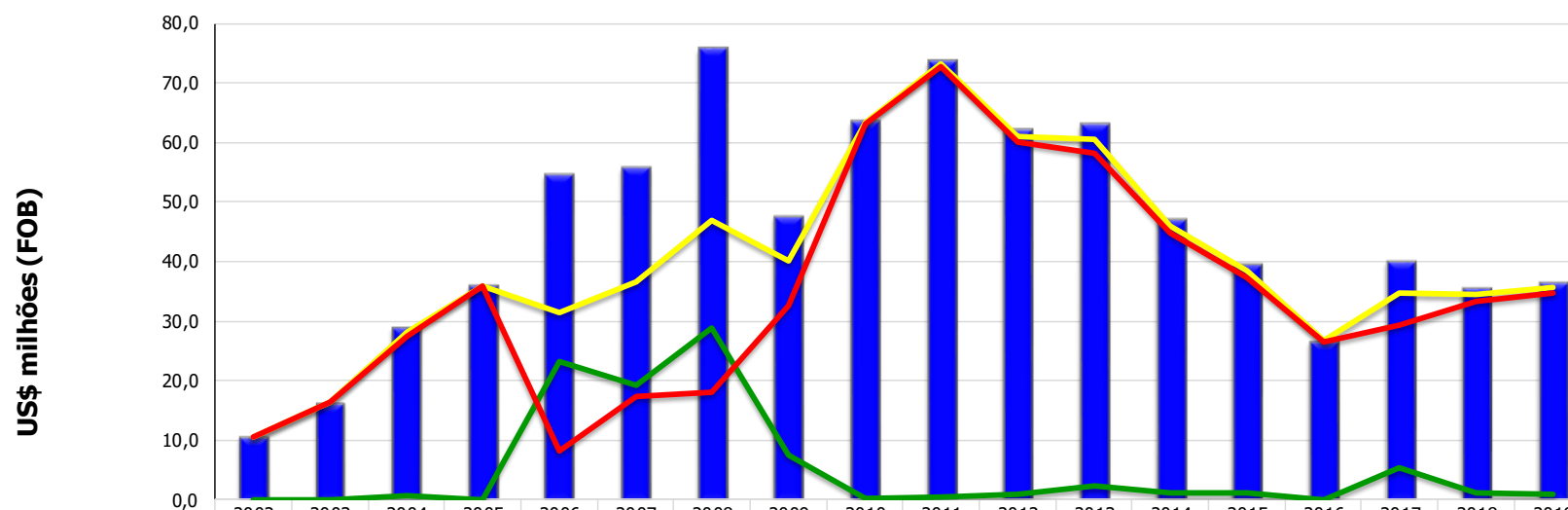
ACORDOS BILATERAIS

	Título	Data de Celebração	Estado atual	Publicação no D.O.U.
1 .	Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	27/09/1977
2 .	Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	18/10/1977
3 .	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	24/11/1976
4 .	Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	28/01/1980	Em vigor	14/07/1983
5 .	Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	03/03/1989	Em vigor	17/04/1991
6 .	Tratado sobre Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	21/12/2004	Em vigor	05/02/2013

7 .	Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Suriname	21/12/2004	Em ratificação pelo Suriname	-
8 .	Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	16/02/2005	Em vigor	19/07/2016
9 .	Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	16/02/2005	Em vigor	30/04/2009
10 .	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação	26/04/2010	Em ratificação pelo Suriname	-
11 .	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	02/05/2018	Em tramitação no Congresso Nacional	-
12 .	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares	14/12/2018	Em ratificação pelo Suriname	-

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Comércio Brasil - Suriname



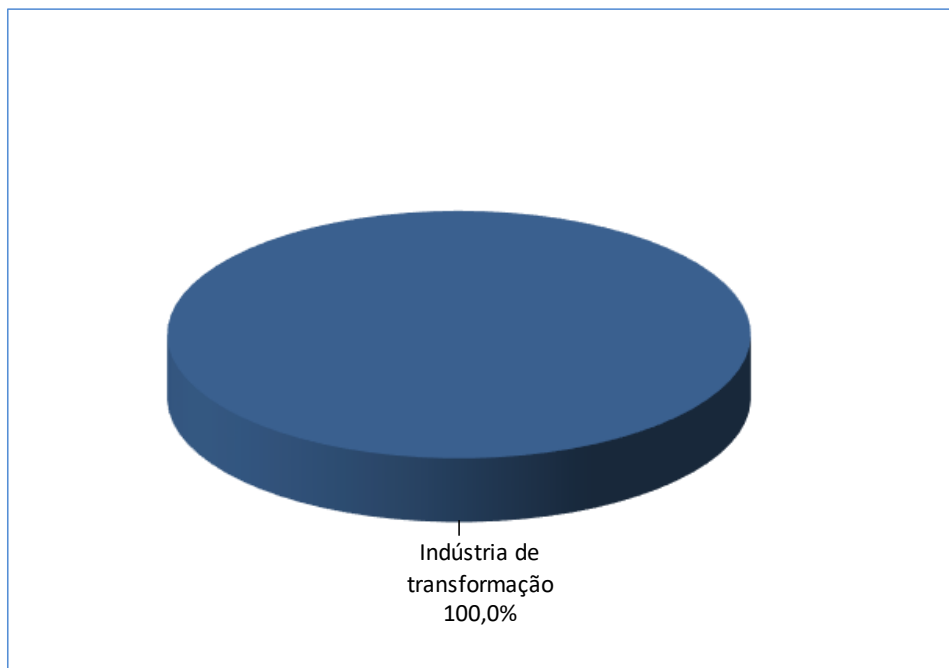
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	10,7	16,3	28,9	35,9	54,6	55,8	75,8	47,5	63,6	73,6	62,1	63,0	47,1	39,5	26,7	40,1	35,6	36,6
Exportações brasileiras (X)	10,7	16,3	28,2	35,9	31,4	36,6	46,9	40,1	63,4	73,2	61,1	60,6	46,0	38,4	26,7	34,8	34,5	35,6
Importações brasileiras (M)	0,0	0,0	0,7	0,0	23,3	19,2	28,9	7,4	0,2	0,4	1,0	2,4	1,1	1,1	0,1	5,4	1,1	1,0
Saldo (X-M)	10,7	16,3	27,4	35,9	8,1	17,4	18,0	32,7	63,1	72,8	60,2	58,2	44,9	37,3	26,6	29,4	33,4	34,6

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	7,7	0,4	8,1	7,2
2020 (jan-mar)	7,1	0,0	7,1	7,1

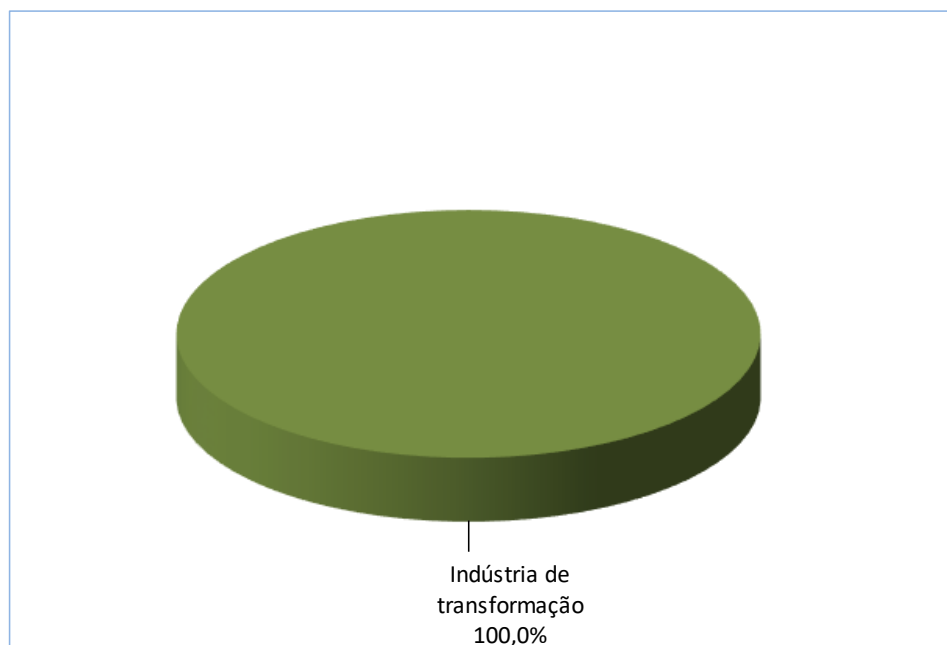
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2019

Exportações



Importações

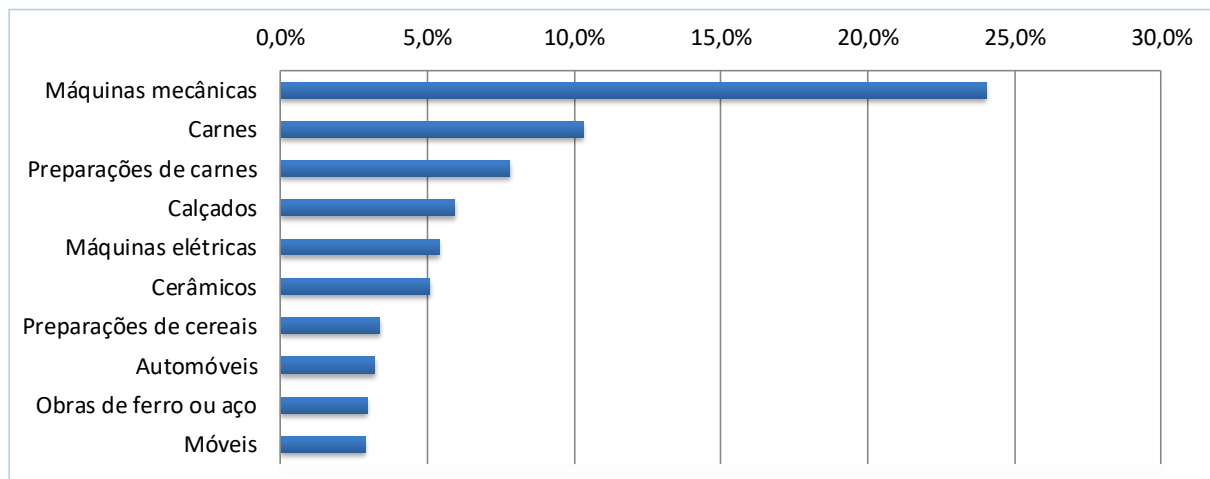


Composição das exportações brasileiras para Suriname
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	6,0	17,3%	7,8	22,5%	8,6	24,0%
Carnes	3,4	9,8%	2,9	8,5%	3,7	10,3%
Preparações de carnes	2,4	6,8%	1,8	5,2%	2,8	7,8%
Calçados	1,4	4,1%	1,9	5,5%	2,1	5,9%
Máquinas elétricas	4,8	13,7%	4,7	13,6%	1,9	5,4%
Cerâmicos	1,9	5,6%	2,2	6,5%	1,8	5,1%
Preparações de cereais	1,0	2,9%	0,9	2,7%	1,2	3,4%
Automóveis	0,5	1,3%	1,0	3,0%	1,1	3,2%
Obras de ferro ou aço	0,9	2,5%	1,1	3,3%	1,1	3,0%
Móveis	0,8	2,2%	0,9	2,7%	1,0	2,9%
Subtotal	23,0	66,2%	25,4	73,5%	25,3	71,0%
Outros	11,8	33,8%	9,1	26,5%	10,3	29,0%
Total	34,8	100,0%	34,5	100,0%	35,6	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

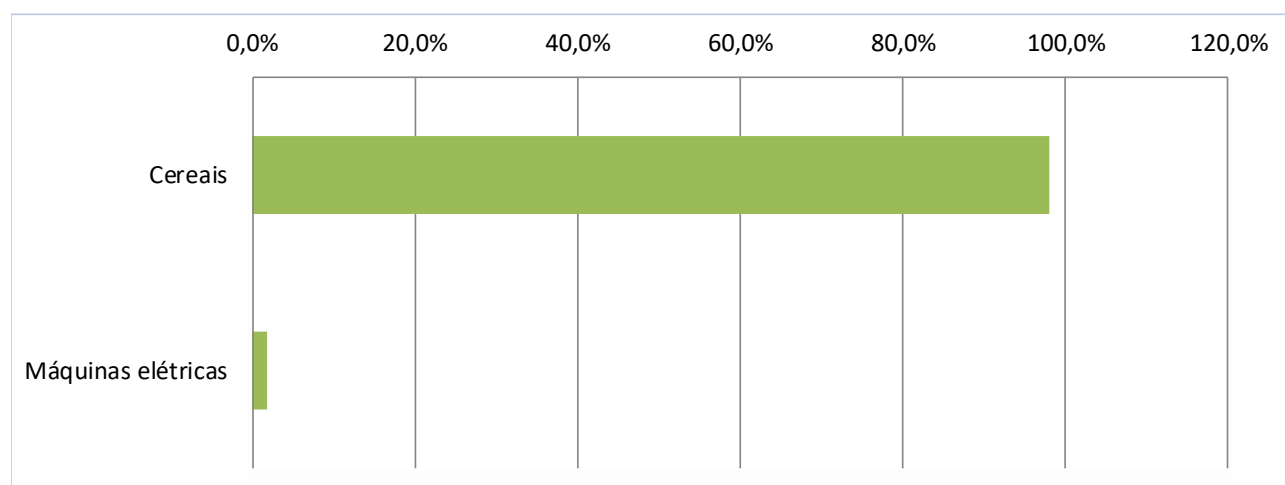


Composição das importações brasileiras originárias de Suriname
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cereais	5,327	99,4%	1,060	99,6%	0,960	98,1%
Máquinas elétricas	0,002	0,0%	0,004	0,4%	0,018	1,8%
Subtotal	5,329	99,5%	1,064	100,0%	0,978	99,9%
Outros	0,029	0,5%	0,000	0,0%	0,001	0,1%
Total	5,358	100,0%	1,064	100,0%	0,979	100,0%

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

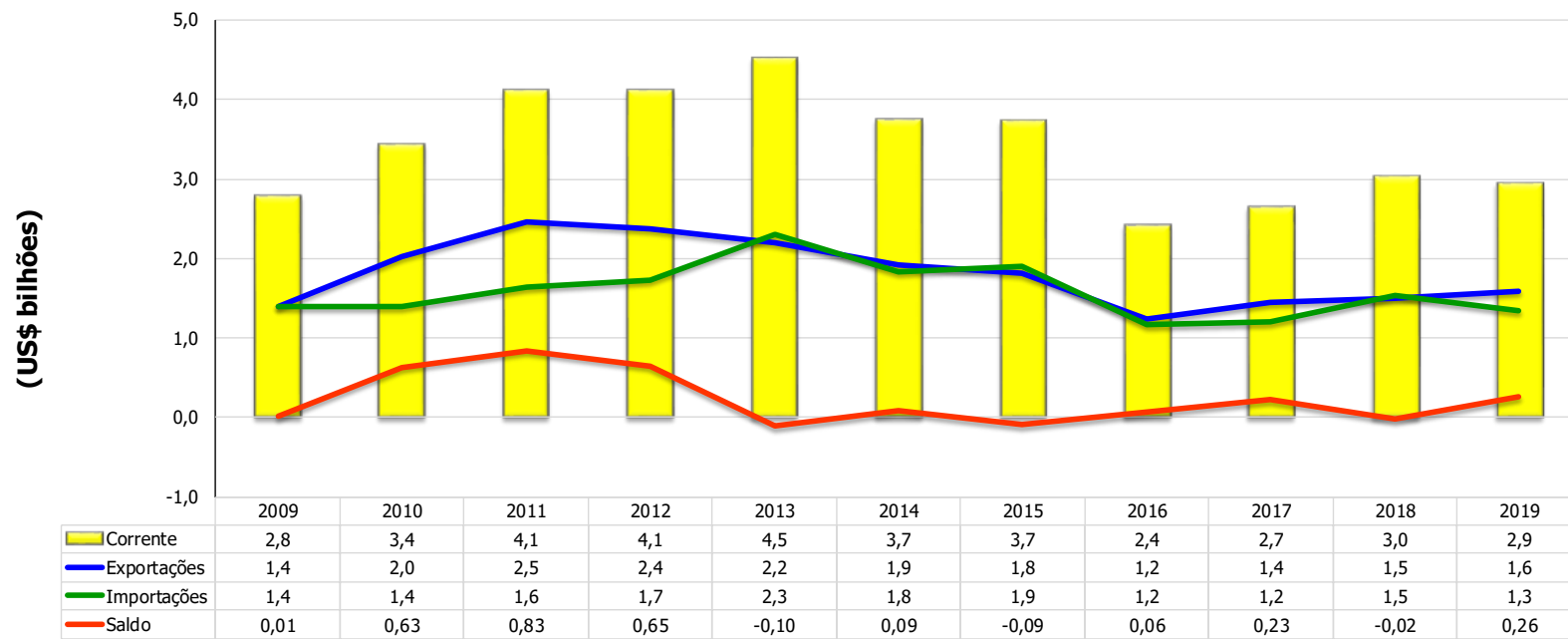
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 2 0 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020
Exportações					
Borracha	0,1	1,4%	1,0	13,7%	Borracha 13,7%
Máquinas mecânicas	1,4	18,6%	0,9	12,9%	Máquinas mecânicas 12,9%
Preparações de carnes	0,7	8,8%	0,6	8,6%	Preparações de carnes 8,6%
Carnes	0,9	11,7%	0,6	8,5%	Carnes 8,5%
Cerâmicos	0,3	3,6%	0,5	7,4%	Cerâmicos 7,4%
Preparações de cereais	0,3	4,0%	0,3	4,9%	Preparações de cereais 4,9%
Calçados	0,3	4,4%	0,3	4,3%	Calçados 4,3%
Ferramentas	0,1	1,9%	0,3	3,7%	Ferramentas 3,7%
Plásticos	0,1	1,1%	0,3	3,6%	Plásticos 3,6%
Obras de ferro ou aço	0,2	3,2%	0,2	3,4%	Obras de ferro ou aço 3,4%
Subtotal	4,5	58,7%	5,1	71,1%	
Outros	3,2	41,3%	2,1	28,9%	
Total	7,7	100,0%	7,1	100,0%	

Comércio Suriname x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

Não há dados consistentes referentes aos anos anteriores a 2009.

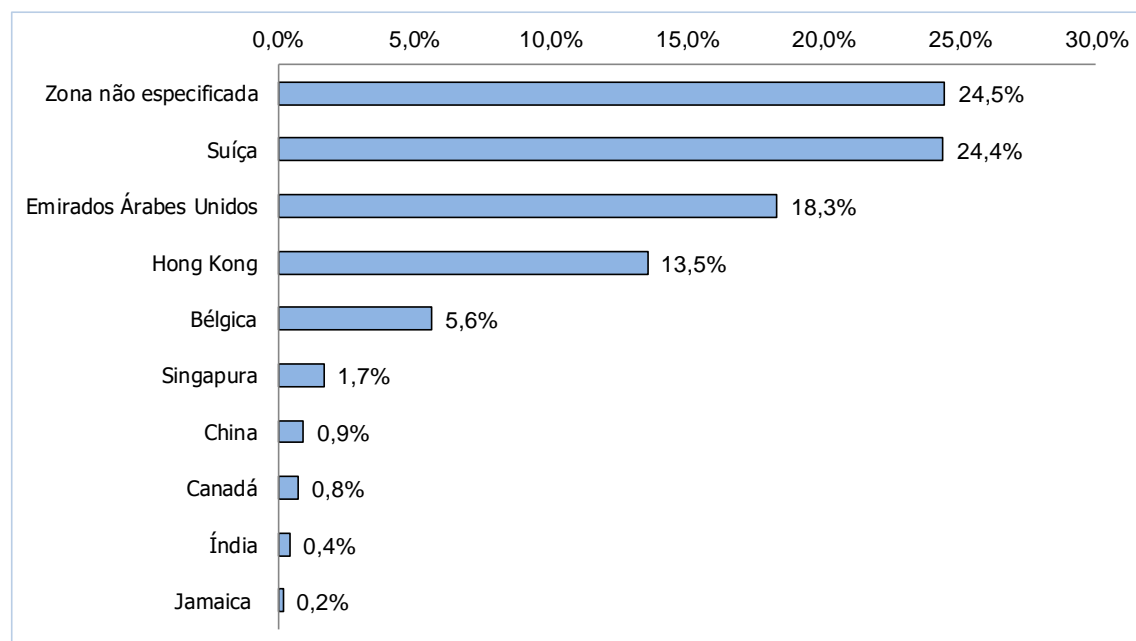
Principais destinos das exportações do Suriname
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Zona não especificada	0,390	24,5%
Suíça	0,389	24,4%
Emirados Árabes Unidos	0,292	18,3%
Hong Kong	0,216	13,5%
Bélgica	0,090	5,6%
Singapura	0,027	1,7%
China	0,015	0,9%
Canadá	0,012	0,8%
Índia	0,007	0,4%
Jamaica	0,003	0,2%
...		
<i>Brasil (25º lugar)</i>	0,001	0,04%
Subtotal	1,44	90,4%
Outros países	0,15	9,6%
Total	1,60	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

Não há detalhamento por país referente ao ano de 2019.

10 principais destinos das exportações



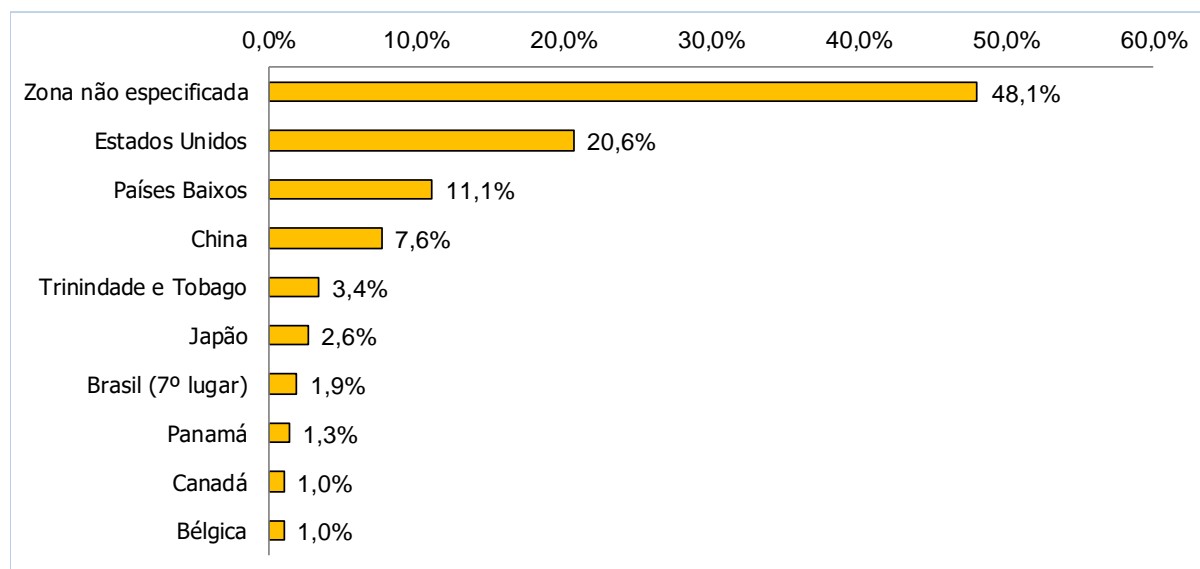
Principais origens das importações do Suriname
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Zona não especificada	0,643	48,1%
Estados Unidos	0,276	20,6%
Países Baixos	0,148	11,1%
China	0,102	7,6%
Trinidade e Tobago	0,045	3,4%
Japão	0,035	2,6%
Brasil (7º lugar)	0,025	1,9%
Panamá	0,018	1,3%
Canadá	0,013	1,0%
Bélgica	0,013	1,0%
Subtotal	1,32	98,5%
Outros países	0,02	1,5%
Total	1,34	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

Não há detalhamento por país referente ao ano de 2019.

10 principais origens das importações

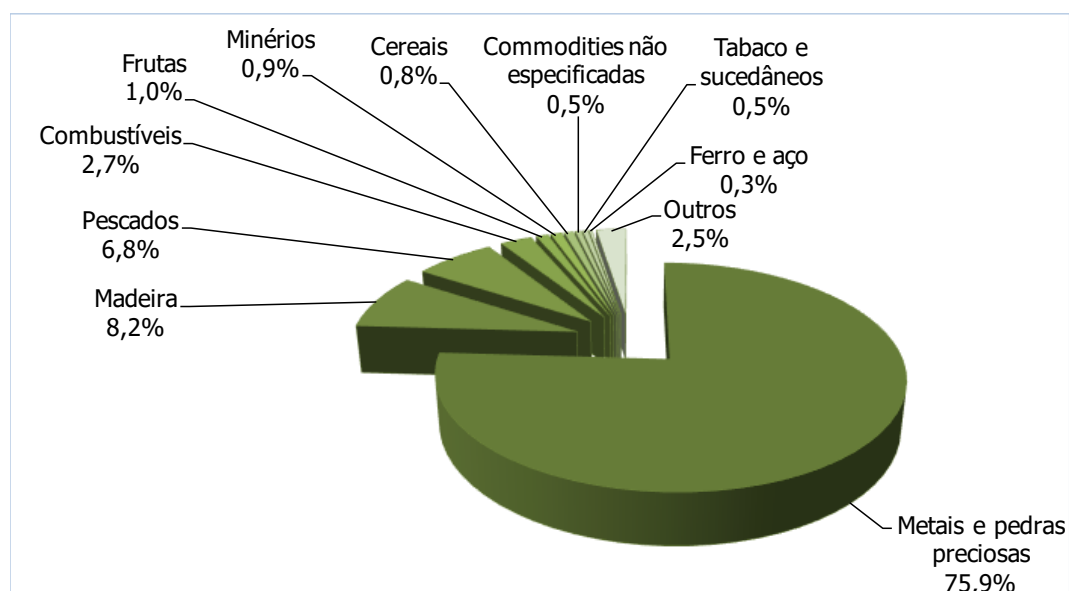


Composição das exportações do Suriname
US\$ Milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Metais e pedras preciosas	1.211,400	75,9%
Madeira	130,265	8,2%
Pescados	107,780	6,8%
Combustíveis	42,577	2,7%
Frutas	16,170	1,0%
Minérios	14,957	0,9%
Cereais	12,633	0,8%
Commodities não especificadas	8,044	0,5%
Tabaco e sucedâneos	7,198	0,5%
Ferro e aço	4,236	0,3%
Subtotal	1.555,26	97,5%
Outros	40,29	2,5%
Total	1.595,55	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

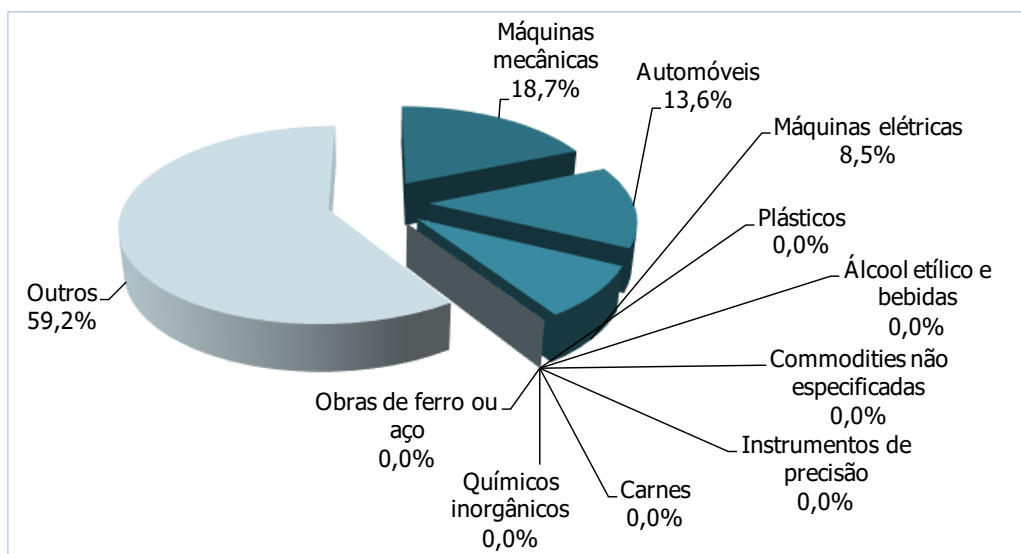


Composição das importações do Suriname
Milhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Máquinas mecânicas	250,05	18,678%
Automóveis	182,00	13,596%
Máquinas elétricas	113,75	8,497%
Obras de ferro ou aço	0,07	0,005%
Plásticos	0,07	0,005%
Álcool etílico e bebidas	0,04	0,003%
Commodities não especificadas	0,04	0,003%
Instrumentos de precisão	0,03	0,002%
Carnes	0,03	0,002%
Químicos inorgânicos	0,03	0,002%
Subtotal	546,09	40,8%
Outros	792,60	59,2%
Total	1.338,69	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Suriname

Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	2,00%	2,20%	2,50%	2,10%
PIB nominal (US\$ bilhões)	3,43	3,68	3,92	4,23
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.799	6.159	6.474	6.900
População (milhões habitantes)	0,59	0,60	0,61	0,61
Desemprego (%)	7,50%	6,95%	6,33%	5,80%
Inflação (%) ⁽²⁾	5,44%	5,26%	5,37%	9,30%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,86%	-3,83%	-3,24%	-2,74%
Dívida externa (US\$ bilhões)	n.d	n.d	n.d	n.d
Câmbio (Sr / US\$) ⁽²⁾	7,46	8,96	10,50	n.d

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

